

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2016:** *Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal**, **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares**, **Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques**, **Eng.º Joaquim Jorge Ferreira**, **Helder Martinho Valente Simões**, **Dra. Ana Maria de Jesus Silva** e **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**.* =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Em primeiro lugar, queria apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Senhor ex-Vereador Bartolomeu Fonseca Rego, distinto Cidadão Oliverense, que deixou um marco de dedicação à vida autárquica, associativa e social do nosso concelho. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira que disse: Senhor Presidente, não é nada de novo e nada que até se calhar não esteja a adivinhar. Na Assembleia Municipal o Senhor Armindo Nunes descreveu de uma forma concreta o que acontece na zona de intervenção junto ao Hotel Vale do Rio, da intervenção definido. Os leitos de cheia devem ser respeitados, não o fizemos e agora aquela zona toda das piscinas artificiais está com alguns danos, estão mesmo destruídas e não sei se valerá apena estar a investir naquele local uma vez que as cheias vão volta acontecer. Portanto, saber tecnicamente o que é que se pode fazer ali, qual é a estratégia para nós termos umas Margens do Caima com aspetos paisagísticos naturais. Segunda questão, já levantada por mim algumas vezes, tem a ver com as ETAR's. A última informação que prestou foi que as ETAR's iriam ser geridas por outras empresas. Saber como é que está essa situação, se estão ou não estão, como é que estão. E saber de facto se o problema agora no verão vai continuar, uma coisa é certa, o rio naturalmente tem qualidades se a água tiver qualidade; o rio será atrativo se tiver água com a qualidade desejável, para isso as ETAR's têm de fazer o seu papel, ou seja, tratamento das águas residuais do nosso concelho.*

Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra a Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Começava por destacar, mais uma vez, os êxitos desportivos do NAC, porque estes rapazes e estas raparigas fartam-se de ganhar, num desporto cujas limitações são sempre muitas em termos de apoios. A verdade, é que eles de uma forma muito subtil, com muito sacrifício, mas também muito profissionalismo, vão granjeando em campeonatos nacionais e distritais vários pódios em várias modalidades e em vários escalões. Vários são os campeões e acho que não vale a pena destacar porque eles são tantos e todos eles importantes. Nós devemos reconhecer o trabalho que este clube vai fazendo e, portanto, mais uma vez o meu reconhecimento, que acho é comum a todos, pelo trabalho magnífico que este clube nos tem granjeado a nível de reconhecimento. No fim-de-semana passado, tivemos o grato prazer de receber a Taça de Portugal de Futsal Adaptado, a par também de duas outras modalidades, mas o que se destacou mais foi a XXII Taça de Portugal de Futsal Adaptado. O Futsal é algo que nós conhecemos bem e percebemos bem que é uma modalidade em franca expansão. Estamos a falar de verdadeiros atletas, verdadeiros desportistas, verdadeiros jogadores em todos os aspetos. A qualidade do Futsal e a qualidade do ambiente que ali se gerou de verdadeira competição de final de uma taça, talvez ali nós encontremos alguns bons exemplos que poderiam ser processados para o dito futsal normal: É um enorme fair play. Também elogiar o trabalho da formação do basquetebol da Oliveirense, que se tornou Campeã Distrital Sub-14. Dizer ainda, que temos um atleta de destaque na formação de futsal, o Quaresma, que na primeira vez que é internacional Sub-17 passa logo a ser capitão da Seleção Nacional. É destaque também e aqui fica o meu apreço a toda a formação que é feita no Ossela. É um clube que se destaca nesta matéria a nível nacional. Os meus parabéns, quer à formação do Ossela, quer ao próprio Quaresma que se tem destacado nesta modalidade. Este fim-de-semana vamos ter mais uma prova, que eu acarinhei desde a primeira hora, a Rota do Moleiro. Esta prova congrega em si várias nuances, várias vertentes, a prova enquanto prova de BTT que é uma prova extremamente dura, mas também uma prova que tem um encanto absolutamente fantástico, porque é feita num dos Parques mais bonitos de Portugal. Isso é dito pelos próprios participantes que são muitos e já vêm de quase todo o País. E, portanto, espero que ao longo dos anos vá marcando um bocadinho o panorama da modalidade, tanto mais que tem a capacidade de servir de atração turística, porque nós damos a conhecer, através do desporto, o Parque Temático Molinológico; e, depois, é uma prova que tem também um cariz solidário. Ao fazer desporto, ao promover o concelho, ainda temos a capacidade de através das instituições e dos atletas podermos ajudar as nossas IPSS e os Bombeiros Voluntários e por aí a fora. Deste sábado a oito dias, vamos ter as nossas jornadas de natação, na piscina municipal, que é um indicador, um barómetro da nossa capacidade de formação na modalidade de natação. É um campeonato interno em que nós, de alguma forma, tiramos ilações do nosso trabalho pedagógico a nível de várias modalidades e de vários escalões da nossa formação. Por último, mais uma vez nós entendemos que Oliveira de Azeméis hoje se “vende” bem, hoje as pessoas procuram informação sobre a nossa cidade e o nosso concelho, por isso fazemos questão de

marcar a nossa presença na Feira mais importante do nosso País de promoção turística e de promoção externa. E, portanto, estaremos presentes, mais uma vez, numa cooperação institucional com o Turismo do Porto e Norte Portugal, na BTL. Teremos um programa baseado quer na promoção das nossas marcas e dos nossos sinais distintivos, mas também dos nossos eventos. Faremos uma aposta muito séria, como é óbvio, naquilo que nós entendemos como muito importante como o Campeonato Europeu de Hóquei em Patins, o Mercado à Moda Antiga, a Noite Branca, promoção dos nossos designers, da nossa arte, da nossa cultura e, essencialmente, aquilo que de facto nos destaca: o Parque de La-Salette, Parque Temático, o Vidro, o Pão e vamos apostar muito forte na marca que hoje é uma referência e que vai ficar, uma marca em que todos nós temos de trabalhar para contribuir para que ela se fortaleça, os Sabres de Azeméis. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Primeira nota, tem a ver com o voto de pesar que foi aqui apresentado pelo Senhor Presidente, é evidente que nós concordamos com esse voto de pesar e julgamos que a elevação da educação, o trato fino e, sobretudo, a grande honestidade do Senhor Bartolomeu Rego fazem com que esse voto de pesar seja inteiramente justo. Eu julgo que nós devemos ir até um pouco mais longe e junto da Comissão de Toponímia levarmos a possibilidade de atribuímos um topónimo, porque não foi só um excelente vereador, foi um vereador que desempenhou bem o seu trabalho, foi alguém que também quis dedicar uma grande parte da sua vida ao movimento associativo. Por onde passou não deixou ninguém indiferente. Acho que faz todo o sentido que a Comissão de Toponímia avalie essa possibilidade. Segunda nota, Senhor Presidente, tem a ver com a Associação Comercial, perceber como é que está o processo. Terceira nota, saber qual o ponto de situação sobre a questão levantada em relação ao regulamento do Estatuto do Bombeiro. Terceira nota, tem a ver com a queda de muros em resultado das intempéries. É um conjunto de muros, alguns deles ruíram para a via pública, outros ameaçam que aquilo que não caiu venha a cair e, portanto, nessa perspetiva, é importante que nós percebamos o que é que está a ser feito, o que é que vai ser feito, no sentido de efetuar intervenções e pressionar naturalmente os privados para que aquilo que seja da sua responsabilidade seja feito e aquilo que seja da responsabilidade da Autarquia obviamente também seja feito. Outra questão tem a ver aqui com o parque de estacionamento da Câmara, é cada vez mais desorganizado e desordenado o estacionamento na Câmara, o piso está a precisar de alguma regularização; se calhar os muros (laterais) estão a precisar de algumas obras de contenção porque nada as suporta e podemos ter ali problemas. É preciso que nós definamos e, sobretudo, fiscalizemos o número máximo de lugares que são passíveis de serem utilizados no parque, até para termos criadas algumas condições de segurança. Se acontecer um problema todos nós percebemos que retirar os carros daquele parque é completamente impossível, ardem todos antes que se consiga tirar dali os carros. Eu não sei quem é o proprietário do parque, não sei se é a Autarquia, mas mesmo assim julgo que nós temos livre-trânsito para dentro daquilo que é um quadro de intervenção se permita criar condições para que o parque seja utilizado por quem precisa de se dirigir à Câmara ou por quem precisa de

parquear, mas parquear em condições de segurança. Uma outra questão tem a ver com o arranjo do largo envolvente da Igreja de Cucujães, nós vamos fazê-lo sobre a forma de proposta, mas queria dizer em sede de executivo que não achamos que seja razoável que aquele projeto vá para a discussão pública sem que a Junta de Freguesia tenha sido envolvida na sua discussão e se calhar informada sobre os contornos do projeto. Dizer que na nossa opinião faz sentido, já o dissemos mas queremos registar, que em primeiro lugar se avance para a criação de uma bolsa de estacionamento junto à Casa Museu e só depois se faça aí a requalificação do Largo da Igreja. Parece que estão claramente invertidas as prioridades. Portanto, para nós, mais do que aquela intervenção, que foi obviamente conversada com a Comissão Fabriqueira, urge intervir e aproveitar até a oportunidade que é dada pelos proprietários do terreno, que é o Seminário, para que se resolva não só o problema daquela curva, que é uma curva completamente estranha e completamente desagradável, e, por outro lado, se crie ali condições para que as pessoas estacionem num parque devidamente criado e afastado do núcleo central da Igreja. Uma outra questão, tem a ver com o terreno para o Azeméis Gran Plaza. Na nossa opinião, o Centro Comercial nunca mais vai ser construído. Achamos que o executivo deve contactar o investidor no sentido de percebermos se se mantém a sua vontade de investir e, mantendo-se essa vontade, deve pagar os terrenos que comprou; se não quer investir temos de arranjar uma solução para aquele problema, porque aquilo sem solução não está bem. Nós estamos, se calhar, a perder a oportunidade de requalificar uma área central da cidade aparecendo ali um equipamento de outra natureza ou semelhante. Não é isso o que está em causa, o que importa é que nem nós recebemos o dinheiro, nem a requalificação daquela zona é feita. Uma outra questão tem a ver com a Estalagem S. Miguel. Já todos percebermos que a intenção do executivo é que o equipamento continue a ser uma resposta na área turística, também já percebemos que dada a difícil conjuntura económica não têm aparecido investidores para aquela área, mas o que é um facto é que nós temos de tomar decisões. Se aquilo não tiver resposta na área do turismo, teremos de equacionar ter resposta nas outras áreas. Mas, se formos mesmo determinados na área do turismo tentar perceber tudo o que é preciso fazer para procurarmos investidores, para procurarmos encontrar uma solução junto até dos potenciais investidores locais, regionais, nacionais e até internacionais, porque quem sabe se aquele tipo de espaço, aquele tipo de localização não é um espaço apetecível para investidores internacionais. Temos de mostrar à comunidade oliveirense que temos capacidade para encontrar soluções para problemas que se arrastam e que herdamos, reconheço que os herdamos e não fomos nós que os criamos. Eu não ficaria bem comigo mesmo se não deixa-se aqui esta nota, é possível, estou completamente disponível, estamos completamente disponíveis para em conjunto procurarmos encontrar uma solução para aquele problema, que permita que aquele problema ajude e complemente a intervenção que foi feita naquele parque no sentido de conferirmos condições de modernidade e prepararmo-nos para as próximas décadas. É talvez o grande handicap que nós temos ali depois da requalificação das Piscinas de La-Salette, é talvez a grande pedra que nós temos no sapato. E, portanto, seria extraordinário se nós

conseguíssemos que fosse esboçada uma solução, que fossem dados os primeiros passos para que se intervisse naquele espaço. O Vereador Dr. Isidro Figueiredo fez a seguinte intervenção: Começo por referir uma cerimónia que decorreu na Escola EBI do Outeiro, no dia 12 de fevereiro, a entrega de prémios do XIV Concurso de Desenho Digital, designado de Artistas Digitais, que é dirigido aos alunos de Jardins-de-infância e EBI de todo o País. Contou com uma vencedora a nível nacional, do Jardim – de-Infância de Vermoim, Ossela, trata-se da aluna Matilde Castro, que recebeu o prémio nesse dia e também de duas menções honrosas de alunos que frequentam a Escola do Outeiro, o Paulo Portugal e o Bruno Alves. Este concurso já vai na XIV Edição e envolve as escolas de todo o País, é promovido pelo Centro de Competências «Entre Mar e Serra» e tivemos a particularidade de ter uma aluna premiada a nível nacional com o primeiro prémio na categoria de Jardins-de-Infância. Em simultâneo, foi promovido o mesmo concurso a nível local para todas as escolas do Município e nesse dia foram entregues prémios de participação aos alunos que foram distinguidos. Também gostava de referir a realização, ontem, do 38.º Aniversário do Rotary Club de Oliveira de Azeméis, que contou com a visita do Governador do Distrito 1970, Dr. António Vaz, que foi recebido na Câmara Municipal à tarde. À noite decorreu um conjunto de atividades relacionadas com esta celebração e aniversário do Rotary Club de Oliveira de Azeméis. Realço, sobretudo, o empenho e o trabalho que tem sido feito por esta instituição no Município de Oliveira de Azeméis, nas várias áreas. Acompanho particularmente o trabalho que é desenvolvido na área da educação, mas também nas atividades altruístas e de solidariedade que são conhecidas. Também uma referência para a assinatura de um protocolo, ontem, nessa cerimónia, entre a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis e o Rotary Club, para a disponibilização de parte das instalações da Antiga Sede da Junta de Freguesia de Macinhata da Seixa, para aí estabelecerem a sua sede. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Senhor presidente, duas questões que foram colocadas também na reunião de há quinze dias atrás. Gostava que pudesse dar essa informação, nomeadamente sobre a questão do ajuste direto para os serviços jurídicos e aquela questão do valor exagerado em comunicações para um período de quatro meses. No âmbito ainda daquilo que o Eng.º Joaquim Jorge questionou sobre o projeto de Cucujães, nós só vimos o outdoor e agora já nem está no local devido à intempérie. Pergunto se é possível enviar-nos o projeto para podermos analisar, seria mais interessante do que estarmos a falar assim de uma imagem visual, e em sede de discussão pública fazermos chegar algumas propostas. Ainda sobre questões de sinalética, Senhor Presidente, nós temos tido um feedback muito negativo por parte das Juntas de Freguesia no que diz respeito à aprovação e ao dar sequência aos pedidos que as Juntas de Freguesia fazem. Por exemplo, a Junta de Freguesia de Loureiro tem remetido para a Autarquia um conjunto de propostas que depois ficam pendentes, a Câmara Municipal não dá resposta. Algumas propostas podem não fazer sentido e os serviços técnicos podem discordar delas, mas deve haver aqui uma resposta. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Referir que estive presente no 25.º aniversário do programa da rádio Azeméis FM – Nova Dimensão. São 25

anos de programa que semanalmente, ao domingo, leva a interpretação da Liturgia Dominical a muitas pessoas. Nesse mesmo dia, estive na inauguração e abertura do novo espaço, da nova atividade que o Caracas dinamiza em 2016, o chamado Espaço de Intervenção Cultural (EIC), no primeiro piso. Queremos dar a oportunidade dos nossos artistas poderem ter um espaço onde possam expor os seus talentos, quer na área plástica, quer também em outras áreas como o teatro, música, magia, expor os seus talentos, despertando também para a área artística. Esperamos também com isto trazer novos públicos à nossa sala. No passado domingo, tivemos a segunda edição do programa mensal “Há Domingos Assim”, com o ciclo das marionetas. Ontem, na área social, no Centro Familiar Pinto de Carvalho, recebemos a primeira sessão do roteiro para a Criação de Valor na Economia Social, um roteiro realizado em parceria com a ADRITEM e com a nossa Divisão da Ação Social. É um roteiro para as nossas instituições sociais. A primeira sessão foi realizada ontem, a segunda será realizada a 2 de março e a terceira a 9 de março. Estas sessões são dirigidas a técnicos, mas também aos dirigentes das nossas IPSS e têm esta finalidade de criar mais-valias e de despertar as nossas organizações no sentido de estarem mais atentas a investimentos de financiamento do Portugal 2020. Portanto, podemos também apetrechar as nossas instituições, no sentido de elas estarem um bocadinho mais apetrechadas, e terem conhecimento de quais os instrumentos aos quais podem recorrer para se financiarem. Também dizer-vos que no dia 23 estivemos com uma delegação dos nossos Seniores, no âmbito das atividades do Conselho Municipal Sénior, numa visita ao Presépio do Cavalinho. Tivemos cerca de 100 pessoas idosas a visitar esse presépio, ficaram muito sensibilizados com aquilo que viram e é sempre um motivo de satisfação pois, muitas delas, de outra forma, não conseguem sair de suas casas por causa da deslocação. Também estiveram connosco duas instituições: Lar Santa Teresinha, Cucujães e a Comissão de Melhoramentos de Palmaz. Queria também anunciar e deixar aqui o convite para algumas atividades que se vão realizar: Hoje á noite, no âmbito das comemorações dos 100 anos da vida Literária de Ferreira de Castro, vamos iniciar o Clube de Leitura, na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro. O Clube de Leitura vai-se desenrolar ao longo deste ano, vai ser constituído por 4 sessões: a primeira será hoje às 21h30; a segunda sessão será em maio; a terceira sessão em setembro e a quarta sessão em dezembro. Esta primeira sessão será baseada na obra “A Selva” de Ferreira de Castro. No dia 27, próximo sábado, vamos ter na Galeria Tomás Costa a abertura de mais uma exposição, desta vez de pintura e também de vitrofusão “Mulheres e Momentos Paralelos”, de Isidro Ferreira e Margarida Barra. No Cineteatro Caracas mais um concerto, desta vez pela banda “HMB Sessions – Só porque Sim”. No dia 4 de março, vamos ter a segunda edição do Congresso do Envelhecimento, também no Caracas e no dia 6 de março, no Caracas, a terceira edição do Programa “Há Domingos Assim”, com o teatro musical “Cinderela”. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Só uma pequena reflexão, sobre um tema que foi também conversa na última assembleia municipal e no qual eu já tinha pensado há algum tempo e que se prende com transparência. Tudo a propósito dos ratings que se publicam, onde o Senhor. Presidente referiu que tudo se compra,

nomeadamente os lugares dos rankings em quaisquer estudos. Isso não valoriza, nem dignifica, nem quem compra, nem quem vende. Essa forma de estar nas coisas, justifica em parte algum atraso no nosso desenvolvimento, baseamos a sua reflexão, a nossa avaliação em dados que muitas vezes não correspondem à realidade. Agora daqui parto para a minha reflexão, acho que Oliveira de Azeméis precisa de dar alguns passos para que a transparência seja maior. Dou alguns exemplos, a elaboração e aprovação de regulamentos de atribuição de subsídios e de isenções. Além de garantirem um tratamento igual, permitimos que os cidadãos perceberem porque é que nós estamos a financiar esta associação e não estamos a financiar aquela. Enquanto isso não for definido, acho que a transparência fica comprometida. Outro exemplo, prende-se com a prática de pedir preços a empresas que apesar de terem nomes diferentes nós sabemos que são propriedade dos mesmos gestores. Isso não valoriza em nada a transparência, não salvaguarda o interesse público, dando a oportunidade de conseguirmos melhores preços. Temos de alterar este modo de atuação, temos de fazer uma real consulta ao mercado, e não uma consulta encapotada. Ou outro e ultimo exemplo, publicações dos contratos a tempo e horas, adjudicações a tempo e horas. O que tem acontecido? Muitas publicações e adjudicações são publicitadas quando as obras já estão concluídas. Acho que isso não dá transparência. Impõe-se alterar estas mentalidades, e transformar a nossa gestão numa maior exigência e de maior compromisso com o interesse público. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Duas notas, antes de responder às questões que foram colocadas. Informar, e também como forma de compromisso de transparência, que na sequência de uma reunião de trabalho que tivemos com o representante português do grupo Wuhan Industrie, na qual participou o Eng.º Joaquim Jorge, nós estivemos reunidos na AICEP no passado dia 5 de fevereiro. Nós apresentamos a nossa questão para que a AICEP, como foi pioneira no contacto com o grupo empresarial chinês, nos pudesse também ajudar agora de alguma forma, ou seja, naquela tentativa de encontrar esclarecimentos e comunicações. Portanto, vamos aguardar que a AICEP nos comunique agora das diligências que iam fazer, diligências diplomáticas. Têm delegações na China e uma delas é agora próxima da província e, portanto, vamos aguardar que nos digam alguma coisa. Uma segunda informação, também para dar nota da visita do Senhor Secretário de Estado da Indústria ao Município, para visitar a empresa holandesa Nimco, que está agora em Cesar, que é líder de mercado em termos de calçado ortopédico. Depois, o Senhor Secretário de Estado, por uma facilidade de agenda e já que vinha a Oliveira de Azeméis, quis visitar o Grupo Simoldes e quis também, simbolicamente, passar nas instalações da Cheto Corporation, que, segundo o Senhor secretário de Estado e palavras dele “Estamos a falar de uma empresa que é a única empresa portuguesa que faz máquinas para a indústria de moldes. É muito importante, porque compete com italianos e alemães. É muito importante ver portugueses nesse mercado internacional, não só, para as empresas de moldes portuguesas, mas acima de tudo, para a indústria dos moldes.” Dar nota que o Senhor Secretário de Estado ficou muito impressionado com a dinâmica empresarial do concelho. Relativamente às questões que foram colocadas, eu aproveito a primeira questão do Dr. Manuel

Alberto, que entronca depois numa do Eng.º Joaquim Jorge, que tem a ver com as intempéries e com as ocorrências. Nós já temos um levantamento, mas não é um levantamento definitivo. Fiz uma visita ao local e verifiquei que não havia açude da Senhora das Penas, aquela queda de água não existia; o nível de água era só um, nem se sabia que havia ali açude, portanto, vejam bem a quantidade de água que por ali passou. O Dr. Manuel Alberto falou na questão do leito de cheia e essas preocupações todas que normalmente há uma tendência de aligeirar, mas vamos ser objetivos. Aquela obra foi altamente fiscalizada. Eu ainda ontem falei com o executivo sobre isso, nós estamos a procurar agora mecanismos de ordem legal para poder criar formas operacionais de resolver os problemas. É evidente que esse é um plano prioritário e tem a ver com a questão do turismo. Sobre a questão levantada pelo Senhor Armindo na assembleia municipal, sobre a gestão e a manutenção. Eu inclino-me para a União de Freguesias, mas não quero dar um presente envenenado, temos de dar condições logísticas e operacionais para que essa transição seja bem-feita. Dar nota, assim por alto, de algumas intervenções que foram feitas: desobstrução da Ponte da Minhoteira; talude da Avenida Soares de Basto na estrada que liga Palmaz a Ossela, de grande dimensão que caiu e felizmente não provocou estragos para além dos estragos materiais; caiu um muro grande na Rua de Xangai, Santiago de Riba-Ul, que cortou a estrada; tivemos que cortar estradas em Carregosa, nomeadamente na zona de Chão da Silva e em Silvares; caiu um bocado de terra complicado de repor na zona da La-Salette, perto das piscinas; há um muro de suporte de terras também na estrada para Bustelo do Caima; em Teamonde tivemos de cortar estradas; caiu um muro na Capela de Santo António, em Travanca, mais um na Capela do Espírito Santo; na estrada da Minhoteira também tivemos que fazer uma reposição, porque houve um talude que também caiu e uma árvore de enorme dimensão na Fontanheira, Carregosa, teve que se pedir a ajuda dos Bombeiros para ser cortada; na zona do Pedregulhal, em Ossela, fazem parte os roteiros de Ferreira de Castro, também houve algum prejuízo em algumas daquelas proteções em madeira todas bonitas que fazem o limite da margem do rio para zona de lazer. Portanto, como disse, nós estamos ainda a fechar com os Bombeiros e com a GNR e há coisas que é preciso ir fazendo para evitar que possa haver males maiores. Já agora informar-vos que a GNR está a levar a efeito, durante os próximos dias, um trabalho de prevenção e pedagógico muito interessante, nomeadamente da gestão dos combustíveis junto das áreas residenciais e das áreas industriais, vão andar no terreno, vão falar com os proprietários, não numa perspetiva punitiva mas numa perspetiva preventiva e esclarecedora. O processo das ETAR(s) está em curso, Senhor Vereador, há processos de contraordenação também já levantados pelas autoridades e que é preciso esclarecer e responder. Hoje mesmo há uma reunião na Associação de Municípios, eu não vou estar presente porque tenho uma reunião na CCDRN à mesma hora, mas pedia ao Senhor Vice-Presidente para perguntar qual é o ponto da situação. O Senhor Vereador Joaquim Jorge falou na questão da Associação Comercial. Eles entregaram-nos um plano e estamos na fase de ajustamento e, portanto, sem querer falhar, dizer que na próxima reunião seguramente que vamos aprovar o protocolo com a Associação Comercial. Há ali um apoio que eles sugerem,

mas que não tem enquadramento de ordem legal e, portanto, precisa aqui de ser feito um ajuste. Estamos também já a trabalhar na questão do regulamento do Estatuto do Bombeiro e na alteração dos protocolos da Proteção Civil. Repito: É muito importante pegar em todos os critérios, incluindo aquilo que a Dra. Ana de Jesus hoje falou. É fundamental, porque houve uma evolução muito grande do ponto de vista legislativo e nós ainda estamos a fazer coisas com base em legislação que já está ultrapassada, há a necessidade de fazer essa articulação. Quanto aos muros, Senhor Vereador, muitos dos muros que caíram são privados, para não dizer todos. Dos muros caídos de que falei, só um é que da nossa responsabilidade, o da estrada de Bustelo do Caima, todos os outros são muros privados. Nós já estamos a trabalhar nisso com as Juntas de Freguesia para percebermos a dimensão financeira dos estragos e para perceber qual é que vai ser a nossa intervenção do ponto de vista financeiro. Vou dar nota também ao Senhor Vice-presidente para que a proposta do Largo de Cucujães possa ser enviada aos Senhores Vereadores do Partido Socialista. Eu reconheço e acho importante alguns dos alertas que foram dados nesta reunião, e noutras, para evitar esses males entendidos. Não há necessidade nenhuma que eles existam. Assim faremos relativamente ao investidor do Azeméis Gran Plaza, na sequência até da reunião de hoje faremos um contacto. Acho oportuno a menção que fez à Estalagem S. Miguel, esta é uma situação que nós vamos ter que a discutir seguramente. Queria muito resolver a situação e queria devolver a Estalagem S. Miguel ao Turismo, à fileira do Turismo, acho que aquele espaço tem todas as condições para continuar ligado ao Turismo. O Senhor Vereador Helder Simões falou também no envio do projeto de Cucujães. Quanto à questão do trânsito, hoje mesmo o Senhor Vice-Presidente vai notificar os serviços de trânsito para que lhe expliquem quais são as situações pendentes. Há uma coisa pendente, sabe qual é? O Senhor Presidente da Junta de Cucujães comprometeu-se a arrancar as árvores da reta do Bessa e nós já demonstramos ajuda para resolver o problema que a Senhora Vereadora Ana de Jesus já aqui falou de requalificar aquela rua, porque as árvores destruíram os passeios, as árvores não fazem nem sombra, nem facilitam a mobilidade. Esse compromisso foi assumido numa reunião com o Senhor Vereador Isidro Figueiredo e a Junta disse “Nós cortamos as árvores” e eu perguntei “Não quer ajuda?” e o Presidente da Junta respondeu “Não, nós fazemos”. E nós estamos à espera. Senhor Vereador Helder Simões quanto às questões concretas que levantou, eu vou ter que lhe responder por escrito do que está aprovado, do que não está aprovado, que é para não haver nenhuma dúvida. E para terminar, Senhora Vereadora Ana de Jesus, relativamente à transparência e aos estudos, dizer-lhe que o Município de Oliveira de Azeméis teve recentemente uma inspeção ao setor das empreitadas e fez precisamente uma análise aos ajustes diretos, às empreitadas e aos concursos públicos. As instruções que nós damos é que efetivamente tudo seja feito de forma transparente, de forma clara e acho que tem sido, sinceramente. Senhor Vereador Helder Simões, o serviço da Câmara Municipal propôs ao executivo camarário que fosse feito um contrato por quatro meses de comunicações. Porquê? Com a integração das Escolas era preciso um contrato mais amplo e mais vasto e os serviços que a Câmara Municipal tinha terminava no dia 18 de dezembro de

2015. O Chefe de Divisão, propôs à Câmara Municipal que se pudesse fazer um contrato porque o processo concursal seguinte demoraria no mínimo três meses, conforme informação do Gabinete de Contratação Pública. E, portanto, o que é que aconteceu? Foi feita uma adjudicação à MEO – Serviços de Comunicação e Multimédia, em que o segundo contraente, nomeadamente a MEO, compromete-se a efetuar o fornecimento de voz fixa e móvel, acesso a dados e sms pelo período de quatro meses com o valor não superior a € 16.530,08. Quanto aos serviços jurídicos, ainda aguardamos informação. =====

===== ORDEM DO DIA =====

===== EDUCAÇÃO =====

===== CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS – CONTRATO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MUNICIPAL (I/12080/2016): Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a delegação de competências objeto do contrato envolve a transferência do MEC para o Município dos recursos necessários e suficientes para o exercício das competências delegadas; - Que o IGeFE transfere para o Município determinados valores relativos a contratos que este ainda não titularizou, não podendo contabilizar essas operações como não orçamentais, isto é, não executa o orçamento quer na receita quer na despesa, considerando essas operações apenas como de tesouraria; - O deliberado na reunião da Comissão de Acompanhamento do contrato relativamente a este assunto que se transcreve:” Continuando o Vereador Dr. Isidro Figueiredo questionou qual a solução relativamente aos contratos de fornecimento de serviços, ao que o Senhor Presidente respondeu que a questão levantada na última reunião era relativamente aos contratos não titularizados pelo município, como é que eram pagos, tendo ficado esclarecido que a resposta se encontrava no artigo 39º do contrato, que os mesmos continuavam a ser assegurados pelo MEC e que a única questão que se colocava era a dificuldade operacional que o IGeFE teria em distribuir as verbas. Uma coisa é ter cinco escolas com contratos titularizados por elas e o IGeFE não tem problemas nenhuns, transfere-lhes o total. Neste caso a verba passa toda para o município e o município faria o pagamento daqueles que titularizou e uma operação de tesouraria para a escola, daqueles que não titularizou. Assim propõe-se: Que seja autorizada a transferência de verbas através do mecanismo de operações não orçamentais, denominadas operações de tesouraria, bem como todas as que se venham a verificar; Ao abrigo do artigo 164º do CPA sejam ratificados todos os atos entretanto praticados e as transferências ocorridas, à data em que foram praticadas, de acordo com os documentos que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **ORFEÃO DE LOUREIRO – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO (I/11752/2016)**: Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios, designadamente no domínio do Património, Cultura e Promoção do Desenvolvimento (art.º 2º, conjugado com as alíneas e) e m) do n.º 2 do art.º 23.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas); - O teor do email do Orfeão de Loureiro, no qual solicita apoio financeiro na deslocação a Málaga – Espanha, para participação no Festival de Coros Polifónicos em Antequera (E/29090/2015); - Que o Orfeão de Loureiro tem desempenhado um papel fundamental e preponderante na vida cultural, com forte relevância socioeconómica, proponho: - A atribuição de um apoio financeiro àquela Associação, no montante de 1 500,00 € (mil e quinhentos euros), para os identificados fins, ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1, do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo em conta o reconhecido interesse público municipal; - Que o pagamento do valor mencionado seja disponibilizado durante o mês de fevereiro ano corrente, mediante a apresentação de documento justificativo da despesa, sendo que os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, com compromisso de fundo disponível n.º 1269/2016, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FESTAS DE LA-SALETTE 2016 – AUTORIZAÇÃO (I/12066/2016)**: Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O interesse público municipal da realização das Festas em honra da Nossa Senhora de La Salette, com a dignidade, respeito pela história e cultura da comunidade oliveirense; - Que as Festas de La Salette são de grande tradição na cidade e consideradas as festas do Município, reconhecidas a nível nacional e mesmo internacional, com grande impacto ao nível da atração de visitantes, sendo um importante veículo de promoção e dinamização da economia local, constituindo um denominador comum de identidade e vontade coletiva da população; - A vontade do Município de que as festas de 2016, sigam o formato das anteriores, aliando a vertente religiosa às vertentes lúdica, desportiva, cultural e recreativa; - O empenho, as qualidades e vocações demonstradas pela Comissão de Festas (ao abrigo do art.º 199 do Código Civil), na organização das edições anteriores, - A vontade e manifestação de atribuição de donativos em espécie por parte do tecido empresarial e de particulares para o engrandecimento dos recursos a utilizar na realização das festividades do município; - O disposto nos art.º 61º e 62º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no que concerne ao mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho (e posteriores alterações), proponho: Ao abrigo das alíneas j) e u) n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro,

conjugado com os art.ºs 61º e 62º do EBF: - Que o Município assegure, de acordo com o Plano de Eventos as despesas e encargos estimados até 50.000,00 € (cinquenta mil euros), com a realização das Festas de La Salette; - Sejam aceites de entidades públicas ou privadas, os donativos em dinheiro ou em espécie, como contribuição para o citado evento municipal (valores a registar contabilisticamente nos termos do POCAL bem como depositar em conta específica e exclusiva para este efeito, já autorizada por deliberação de 09 de abril de 2013); - Que seja mandatado para presidir à Comissão de Festas o Sr. Jorge Manuel Santos Coelho, considerando as suas qualidades, a capacidade, experiência e resultados demonstrados, cabendo a este promover a adesão e a escolha dos elementos que a constituem e a sua comunicação a este município; - Se autorize a Comissão de Festas a realizar as habituais atividades (peditório, tómbola e/ou outros), cujo resultado será afeto ao mesmo fim e verbas entregues na Tesouraria, de acordo com os procedimentos instituídos; a colaborar na organização e gestão dos espaços correspondentes à área de intervenção das Festas de La Salette e na definição do programa de animação, apresentando relatório final e contas das mesmas; - Seja concedida isenção à Comissão de Festas de eventuais taxas de licenciamento.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **COMISSÃO DE MELHORAMENTOS LOCAIS DE PALMAZ – CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/9842/2016):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela Comissão de Melhoramentos Locais de Palmaz, com vista à realização de um espetáculo de Dança, para angariação de fundos para a instituição, dia 16/4/2016 às 21h00m, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º 2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º 2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à Comissão de Melhoramentos Locais de Palmaz, ao abrigo designadamente do disposto no n.º 2 do art.º 6º e

n.º 2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. O senhor Presidente não participou na análise e votação deste ponto, por se considerar impedido. =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **PROTOCOLO COM A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO (CANDIDATURA À MEDIDA 3.15 DO POISE – FORMAÇÃO DE PÚBLICOS ESTRATÉGICOS) (I/11517/2016):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: O V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017, define como área estratégica a Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local, como requisito de boa governação, e com as medidas 10 e 11 pretende promover a formação em igualdade de género, cidadania e não discriminação para os/as conselheiros/as locais para a igualdade, bem como, para dirigentes e restante pessoal autárquico e promover ações de sensibilização destinadas à integração da perspetiva de género nas organizações e nas políticas locais; A implementação da estratégia de integração da perspetiva de género nas políticas e ações promovidas pelas entidades intermunicipais e autarquias, não só contribui para promover uma igualdade efetiva entre mulheres e homens e responder melhor às necessidades e aspirações das diferentes categorias de munícipes, mas também terá como consequência uma melhor utilização dos recursos humanos e financeiros, uma melhor qualidade da tomada de decisão e um melhor funcionamento da democracia; As entidades intermunicipais, em geral, e as autarquias locais, em particular, pela sua proximidade com as populações e com as organizações, se configuram como impulsionadoras e agentes de desenvolvimento e se apresentam, por isso, como entidades privilegiadas para a concretização de ações e medidas que tenham como objetivo a promoção da política de Igualdade de Género e de Oportunidades; O Município de Oliveira de Azeméis tem em funcionamento, desde o ano 2014, o Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social do Município 2014-2016 que pretende trabalhar a integração da dimensão da igualdade de género ao nível da autarquia e organizações da Rede Social; Considerando, ainda, que o Município de Oliveira de Azeméis, promotor da Rede Social, constitui uma parceria local efetiva que visa garantir maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas das pessoas e suas famílias, que integra nos seus princípios de ação o Princípio da Igualdade de Género (Decreto Lei nº 115/2006, Artigo 10º), proponho: - A aprovação da minuta do referido protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Área Metropolitana do Porto, ao abrigo do*

disposto no Art.º 33º, n.º 1, alíneas q) e ccc); Art.º 71º, n.º 1, alínea j); Art.º 76º, n.º 1º, alíneas g) e z), do anexo I, da Lei n.º 75/2013. - Que a mesma seja submetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos e ao abrigo do art.º 25º alínea h) do n.º 1 e da alínea k) do n.º 2º, do anexo I, da lei n.º 75/2013.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CONCESSÃO (I/11863/2016):**

Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 5 de julho de 2013, foi celebrado Contrato de Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais no Município de Oliveira de Azeméis; - A necessidade de ser constituída uma comissão de acompanhamento da concessão, a qual deve integrar "... um representante designado pelo concedente, um representante designado pelo concessionário e um terceiro elemento co optado pelos anteriores, que preside (n.º 1 do art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 190/2009, de 20 de agosto e posteriores alterações, conjugado com o disposto na alínea q) da cláusula 1ª, clausula 83 e 84 do Documento Complementar anexo à escritura); - Que o Presidente da comissão de acompanhamento - Eng.º António André da Silva Topa, foi eleito deputado pelo nas últimas eleições legislativas pelo circulo de Aveiro, tendo por isso manifestado indisponibilidade para exercer as funções de Presidente da Comissão de Acompanhamento, sendo necessário promover a sua substituição; - Que compete à comissão de acompanhamento: a) Emitir parecer sobre a conformidade com o contrato de concessão dos projetos de execução de investimentos submetidos pelo concessionário à prévia aprovação do concedente; b) Emitir relatório anual relativo ao cumprimento do contrato de concessão, a remeter igualmente à entidade reguladora, até ao final do 1.º trimestre do ano seguinte ao que diz respeito; c) Emitir parecer sobre a aplicabilidade das sanções contratuais previstas para situações de incumprimento e respetivo montante; d) Emitir parecer sobre a efetiva verificação de riscos que permanecem na responsabilidade do concedente e quantificar as compensações devidas ao concessionário ou concedente, conforme o caso; e) Auscultar ambas as partes e recolher os respetivos contributos em sede de preparação de alterações do contrato de concessão; f) Emitir parecer sobre diferendos entre as partes, nomeadamente quanto à interpretação de cláusulas contratuais (n.º 2 da mesma disposição legal); os quais devem ser emitidos nos prazos estipulados por lei; - Que os encargos de funcionamento da Comissão serão repartidos em partes iguais, entre Concedente e Concessionária, sendo que os custos máximos a suportar, anualmente, pela Concessionária serão os previstos na Caso Base (conforme consta da cláusula 84º do Documento Complementar), proponho: A constituição da Comissão de Acompanhamento da Concessão, com a seguinte composição: Presidente: Arquiteto José Gomes Fernandes, contribuinte n.º 127567330 (cooptado pelas duas entidades); Eng.º Nuno Peixoto Maia Nabais (Designado pela

Concessionária - Indaqua Oliveira de Azeméis - Gestão de Águas de Oliveira de Azeméis, SA); Eng.º António Pedro Ribeiro Valente Castanheira (Diretor de Departamento Municipal de Obras, Manutenção, Transportes e Energia, designado pela Concedente). Se submeta à Assembleia Municipal para autorização prévia autorização dos compromissos plurianuais até ao limite de 6.000euros/ ano nos termos da LPCA.” Após análise e votação por escrutínio secreto, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO** =====

===== **ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM13) (I/11917/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - o exposto no I/11905/2016, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - as competências municipais previstas no n.º 5 do artigo 48º da Lei n.º 31/2014, de 30/05; artigos 76º e seguintes do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/05; alínea a) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/09; Proponho que seja deliberado: a) a abertura do procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal (PDM13), por um período de 18 meses (o qual poderá ser prorrogado por uma única vez por período máximo igual ao estabelecido); b) a não sujeição do procedimento a avaliação ambiental estratégica, atendendo ao exposto no ponto 6 do I/11905/2016; c) a abertura do período de participação preventiva, por 20 dias, com início cinco dias após a data da publicitação da deliberação municipal no Diário da República; d) realização de uma sessão de esclarecimento nos primeiros 5 dias do período de participação preventiva; e) as sugestões a apresentar no período de participação preventiva devem ser apresentadas por escrito, em modelo a disponibilizar nos locais de consulta, ou outro documento devidamente identificado dirigido ao Presidente da Câmara Municipal que contenha a identificação e contacto do participante, o conteúdo da sua participação. As exposições devem ser enviadas para a morada postal: Largo da República, 3720-240 Oliveira de Azeméis; para o correio eletrónico geral@cm-oaz.pt; via fax: 256674694, ou ainda mediante entrega no Loja do Municípe.” O Vereador Dr. Ricardo Tavares iniciou a discussão do ponto: É uma faculdade que assiste ao município ao fim de três anos de iniciar um procedimento de alteração ou revisão do Plano Diretor Municipal. Antes de passar concretamente à apresentação desta proposta, permita-me só que faça um balanço destes primeiros anos de vigência do PDM, para justificar de alguma forma o porquê da abertura deste procedimento de alteração. Destacava neste balaço o sucesso da norma do art.º 52.º do Regulamento do PDM, que foi uma norma pioneira nos regulamentos dos PDM’s a nível nacional. Só em 09 de setembro de 2014, com a publicação do Decreto-Lei 136/2014, o legislador nacional introduziu pela primeira vez na legislação urbanística o conceito da legalização das edificações. O PDM de Oliveira de Azeméis encontrou e consagrou esta figura no PDM mais de um ano e meio antes da consagração legal expressa da figura da legalização na Lei. Significa isto que quando surgiu esta lei, já estava prestes a terminar a vigência desta

norma inovadora consagrada no nosso PDM, sem paralelo no planeamento urbanístico nacional, e que terminou a sua vigência em 06/02/2015, portanto, há mais de um ano. Sem mais delongas dizer que com esta norma entraram no nosso município três mil processos de legalização e temos emitido, em média, sessenta alvarás de autorização de utilização por mês decorrentes destes pedidos de legalização para os mais variados usos: habitação, comércio, serviços e indústria. Tem proporcionado aos nossos munícipes a possibilidade de resolução de uma série de problemas, que eram de resolução impossível, isto porque a partir deste milénio passou a ser exigida a licença de utilização para os mais variados atos e negócios jurídicos: compras e vendas, partilhas, doações, constituição de hipotecas, mútuos bancários, para candidaturas a fundos comunitários exigidos pelas entidades financiadoras. Proporcionamos assim aos nossos munícipes, aos nossos agentes económicos, aos nossos industriais, a possibilidade de acederem a todos os modos de financiamento e ao comércio jurídico sem quaisquer constrangimentos ou limitações. Queremos reabilitar a vigência desta norma, agora com um novo enquadramento proporcionado pelo Decreto-Lei 136/2014, designadamente o seu art.º 102A. Entretanto e paralelamente surgiram, conforme consta aqui da proposta, novos diplomas legais que nos obrigam a atualizar o nosso PDM sob pena até de outro tipo de sanções, designadamente da nova Lei de Base dos Solos e o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Iremos contudo iniciar um procedimento de alteração e não de revisão, pois não se justifica para já, ao fim de três anos, revermos o PDM. É necessário adaptarmos o nosso regulamento a novos conceitos, é necessário atualizarmos a carta de condicionantes, designadamente ao nível das linhas de água, atualizar a posição das Infraestruturas de Portugal relativamente a alguns projetos designadamente a A32 e o IC2. É necessário atualizar o nosso PDM relativamente às novas atualizações do Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios e da Paisagem Protegida. Iremos também neste período, que propormos que seja de 18 meses, auscultar a população e todos os agentes que tutelam os diversos domínios sobre situações a ponderar no futuro. Está em curso o início de um processo para promoção da reabilitação urbana na cidade e existem novos desafios relativos à mobilidade e acessibilidades, um novo quadro de financiamento Portugal 2020. O PDM enquanto principal documento estratégico espelha e traduz as políticas de desenvolvimento territorial do nosso município para a próxima década e que define as suas prioridades de investimento, deve verter e contemplar estas posições municipais, algumas delas assumidas após a sua entrada em vigor. Temos o PEDUS, o PAMUS e outros compromissos que vão surgindo e ocorreram após a entrada em vigor do novo Regulamento do PDM. Ao fim deste período de 18 meses, estaremos em condições de verificar a necessidade ou não de abertura de outro procedimento ou até, conforme a Lei também permite, de renovar este período para procedermos a alteração do plano. Daí a abertura deste procedimento, para abrir a discussão sobre o PDM e o Urbanismo em Oliveira de Azeméis. A proposta em concreto passa pela aprovação destas cinco alíneas e o procedimento em si consta de uma série de etapas que estão perfeitamente definidas no ponto 8 da informação anexa. Seguidamente o Senhor Presidente

concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Eu comecei por ficar atenta à intervenção do Vereador Dr. Ricardo Tavares, quando ele diz que vai fazer uma avaliação do PDM ao fim de três de anos e verifico que esta avaliação se limita à existência de uma norma que surge pela necessidade da desregulação que existiu ao longo dos anos. Se vocês se recordam esta norma, inicialmente e em termos técnicos, era proposta para regular situações onde a cartografia não detetasse a existência daquela casa, porque dali para a frente tinha de haver regras mínimas. Considerar que isto é a grande avaliação do PDM, quando ela traduz a desregulação, a falta de fiscalização que existiu, a falta de consciencialização e até de uma certa forma uma “bofetada” para quem cumpre, eu acho que isto é inacreditável. Foi feito, teve de ser feito, mas agora traduzir o PDM a esta norma parece-me pobre, acho que o que nos devia preocupar é que três anos depois a maior parte das unidades operativas estão paradas e temos prazos para completar. Tínhamos já objetivos muito claros, andamos a fazer umas classificações, é certo, mas nada de arranques objetivos de obras de planeamento. O que eu espero é que esta avaliação vá muito além disto que o Dr. Ricardo disse e que nos preocupemos e olhemos para este plano, que é aquele que nos orienta e deve orientar, para que daqui a 20 anos os nossos sucessores não sintam necessidade de andar a criar três ou quatro normas iguais a esta, porque nós entretanto fizemos tábuas rasas da regulação. É só a pobreza da sua avaliação que eu quero chamar a atenção, é só uma reação à sua intervenção, acho que o PDM tem que ser visto de uma forma muito mais ambiciosa. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que fez a seguinte intervenção: Eu esperava que a avaliação do PDM fosse uma avaliação muito mais rigorosa e não se limitasse a esse autoelogio sobre uma norma. Tivemos efetivamente um primeiro PDM que foi completamente ineficaz. Já aqui foi dito que o PDM tem permitido o planeamento, a gestão e a valorização do nosso território e, portanto, para além desta proposta que aqui nos é apresentada eu espero que nós em sede do executivo discutamos o PDM 2013 e percebamos se temos que mexer nas unidades operativas de planeamento e gestão, façamos uma avaliação dessas unidades operativas de planeamento e gestão e percebamos se há necessidade de compatibilizar este PDM com a ARU. Temos também as questões das mobilidades e das acessibilidades, temos os novos instrumentos estratégicos e temos que adequar o nosso PDM a isso e temos de adequar também o nosso PDM à Smart City. Espero ver esses contributos aqui a ser discutidos e devidamente analisados. Eu julgo que este período de alteração é uma oportunidade para nós definirmos um documento que de certeza absoluta precisa de uma outra alteração, mesmo que aqui se diga que nós não vemos necessidade de recorrer à revisão daquilo que é a nossa estratégia de valorização do território. Acho que faz todo o sentido aproveitarmos esta oportunidade legal para discutirmos e analisarmos profundamente alterações que queríamos ver introduzidas, porque o período de três anos é um período importante naquilo que é um período de vigência do PDM. Teríamos aqui oportunidade de introduzir mecanismos que permitissem adequá-lo não só aos novos desafios que surgiram nestes últimos três anos como àqueles que se anunciam no próximo quadro comunitário de apoio. Portanto, espero que no seio

do Executivo tenhamos aqui um debate profundo sobre aquilo que possa ser alterado e introduzido neste PDM. O Senhor Presidente esclareceu: Um documento destes não é um documento estático, é um documento dinâmico. É evidente que aproveitamos estes momentos, passados que foram já três anos e que a própria legislação nos permite e dá essa abertura. Eu compreendo e defendo que nós devemos estar sempre a evoluir e preparados para os novos desafios. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DA CIDADE DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS E APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO REFERIDO PROGRAMA ESTRATÉGICO (I/12103/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando os documentos anexos ao I/12087/2016, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, proponho: ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23/10, na redação dada pela Lei n.º 32/2012 de 14/08, e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, a aprovação por esta câmara municipal do relatório de ponderação apresentado, e o envio da versão final do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis para aprovação pela Assembleia Municipal.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** =====

===== **REQUALIFICAÇÃO DA RUA JOSÉ MARIA CASTRO LOPES JÚNIOR – OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/12046/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: Considerando o exposto no I/12045/2016, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho a aprovação do estudo de intervenção para requalificação da Rua José Maria Castro Lopes Júnior, composto pela conjugação de dois projetos autónomos, ao abrigo da alínea y) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12/09.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA DEFICIENTES MOTORES NA RUA CONSELHEIRO BOAVENTURA DE SOUSA, OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/10550/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas

vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º 1, alínea rr); - Que, na alínea b) do número 2, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir locais de estacionamento gratuito para motociclos, ciclomotores e velocípedes. - O pedido registado no E/26865/2015 de Mário Henriques da Costa Santos para um lugar de estacionamento para que tem problemas motores, frente à Clínica de Fisioterapia Dr. Dulcídio Bastos, proponho: a. Que seja criado: 1 lugar de estacionamento destinado a deficientes motores, na Rua Concelheiro Boaventura de Sousa, frente à Clínica Dr. Dulcídio em Oliveira de Azeméis. b. O lugar para deficientes motores deverá ser identificado através de sinal H1A "Estacionamento autorizado" e placa adicional 2.22 "Símbolo universal da Acessibilidade" juntamente com marcação horizontal do referido símbolo, conforme especificado no DL 163/2006. c. Que seja eliminada a linha amarela que existe no passeio frente a dois lugares de estacionamento existentes. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, remetendo à Assembleia Municipal para a competente aprovação. =====

===== **PROPOSTA DE COLOCAÇÃO DE LOMBA NA RUA DE SAMIL, S. ROQUE (I/10899/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - O pedido registado no E/10060/2015 de Albano Jorge Teixeira da Rocha, de uma lomba na rua de Samil, frente à Padaria Doçuras de S. Roque. - O parecer favorável da Junta da mesma Freguesia com o E/3729/2016, com o estudo apresentado até à ponte. Proponho: a. Que seja aprovado o estudo de beneficiação da rua de Samil. Conforme estudo anexo. b. Que seja aprovada uma passadeira sobrelevada (lomba) frente à padaria Doçuras de S. Roque, conforme estudo que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. c. Para a implementação do estudo serão necessários os seguintes sinais: - 4 sinais H7 “Passagem de peões” – 2 por cada passadeira; - 2 sinais A2a “Lomba” com o Modelo 1a – distância de 50 m e distância 70 m: - 2 sinais H6 “Velocidade recomendada – 30”; - Na Rua Ponte de Samil, no entroncamento com a Rua de Samil, um sinal B2 “STOP”; d. Todas as passadeiras terão rebaixamento no passeio exceto na sobrelevada, com a inclinação máxima de 10% e pavimento diferenciado no passeio em todas as passadeiras. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, remetendo à Assembleia Municipal para a competente aprovação. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO VIDRO – 2.ª FASE” – AUTO N.º 07 TC (I/11994/2016):** *Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “CIP – Construção, S.A.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º7 no valor de € 8.028,13 (oito mil e vinte e oito euros e treze cêntimos), ao qual acresce o IVA. Considerando que o adiantamento anteriormente concedido ao empreiteiro deve ser gradualmente reembolsado, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais e tendo em conta o valor de € 8.028,13 a deduzir, resulta o saldo de € 0,00 (zero euros) a pagar ao empreiteiro. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo.* =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO VIDRO – 2.ª FASE” – AUTO N.º 08 TC (I/12011/2016):** *Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “CIP – Construção, S.A.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º8 no valor de € 34.054,52 (trinta e quatro mil e cinquenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), ao qual acresce o IVA. Considerando que o adiantamento anteriormente concedido ao empreiteiro deve ser gradualmente reembolsado, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais e tendo em conta o valor de € 34.054,52 a deduzir, resulta o saldo de € 0,00 (zero euros) a pagar ao empreiteiro. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo.* =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO VIDRO – 2.ª FASE” – AUTO N.º 09 TC (I/12015/2016):** *Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “CIP – Construção, S.A.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º9 no valor de € 12.090,70 (doze mil e noventa euros e setenta cêntimos), ao qual acresce o IVA. Considerando que o adiantamento anteriormente concedido ao empreiteiro deve ser gradualmente reembolsado, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais e tendo em conta o valor de € 12.090,70 a deduzir, resulta o saldo de € 0,00 (zero euros) a pagar ao empreiteiro. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo.* =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO VIDRO – 2.ª FASE” – SUBSTITUIÇÃO DO DIRETOR DA OBRA (I/12033/2016):** *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que o empreiteiro CIP - Construção, S.A., adjudicatário da obra “Centro de Interpretação do Vidro - 2ª Fase” - Processo n.º 005/2014/DEC, conforme o documento com a referência I/4504/2016, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, vem propor um novo diretor de obra em substituição do anteriormente indicado, proponho a aprovação do diretor de obra, Eng.º Délio*

Emanuel Domingos União, em substituição do anterior, Eng.º Carlos Alberto da Costa Martins.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **APROVAÇÃO DO PROJETO "LAR RESIDENCIAL CERCIAZ"**

(I/11902/2016): *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que compete à câmara municipal exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, ao abrigo do artigo 33º, n.º 1 alínea y) da Lei n.º 75/2013; - que por colaboração com a instituição CERCIAZ estão os serviços técnicos municipais a participar na elaboração do projeto "Lar Residencial Cerciaz", que consiste na ampliação e adequação de edifício para instalação de um lar residencial; - que o projeto em causa atingiu uma fase de consolidação da proposta equivalente à fase de licenciamento de obras particulares, tendo inclusivamente já obtido parecer favorável da Segurança Social, conforme exposto no I/11601/2016; - que é importante que haja uma aprovação do projeto para efeitos de acesso a financiamento, proponho a aprovação do projeto apresentado no I/11601/2016, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, continuando-se a elaboração do projeto de execução (caderno de encargos, orçamento final, plano de segurança e saúde, mapa de vãos, etc.) para apoio à fase de obra.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **OUTROS** =====

===== **ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE UL - LOUREIRO - APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E AUTORIZAÇÃO DE VENDA DE LOTES**

(I/11899/2016): *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que, nos termos do Regulamento de Gestão da Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro, a alienação de lotes dessa mesma área está sujeita a análise prévia de candidatura e que, de acordo com a informação prestada em anexo e em consonância com o n.º 4, do art.º 12.º, existe decisão favorável, propõe-se a aprovação da candidatura apresentada, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, remetendo à Assembleia Municipal para a competente aprovação. =====*

